

DESEMPREGO E CRISE SOCIAL EM LUANDA
“ um esboço sobre alguns aspectos referentes a
população e o mercado de trabalho”

João Baptista LUKOMBO Nzatuzola
Sociólogo e Demógrafo
Pós-graduado em estudos de Desenvolvimento
IUED Universidade de Genebra, Suíça
IDUP Universidade de Paris I Panthéon Sorbonne

INTRODUCAO

Desde a independência há mais de 25 anos, Angola conheceu uma situação interna dramática que foi caracterizada por um conflito armado persistente. Apesar do progresso notável registado da produção e angariamento das receitas garantidas pela exclusiva exploração petrolífera, e dos diamantes a economia do país foi duramente afectada pelo esforço de guerra e suas consequências devastadoras. As principais vias de comunicações entre diferentes pontos do país eram minadas. Numerosas infra-estruturas foram destruídas, nomeadamente pontes e diversos outros bens de equipamentos colectivos, cujos imóveis, barragens, postes eléctricos e condutas de canalização e distribuição de água. Algumas actividades económicas cuja a agricultura

foram cada vez mais abandonadas, pós os camponeses não podendo ter acesso às lavras, as aldeias eram constantemente o teatro de confrontos entre tropas inimigas.

Este quadro sombrio foi também marcado pelas consequências humanas muito graves, um grande movimento de deslocação das populações rumo as principais centros urbanos e os seus arredores; fugindo os confrontos entre partes beligerantes a procura de um abrigo e segurança. Os jovens adolescentes com a idade de cumprir o serviço militar obrigatório tinham que ser alistados no exército. Tendo em conta algumas situações específicas este estado de guerra foi mais directo em termo de confrontos no meio rural do que nas cidades. Além disso os efeitos e as consequências da destruição são patentes e tangíveis em todo lado. Nas cidades pelo contrário assiste se a um afluxo mais importante de populações consideradas como deslocadas. Esta presença maciça das populações caracteriza se por uma implantação considerável nas áreas do litoral e a faixa costeira do país. Além disso se os efeitos e as consequências da guerra são patentes em todo lado nas cidades pelo contrário, assiste se a uma acumulação mais importantes de pessoas que nas aldeias. Estas chegadas suscitam importantes preocupações no que dizem respeito as condições e capacidades de acolhimento para os grupos e categorias sociais afectadas. Uma delas consiste em procurar vias e meios consistentes em proporcionar um emprego e criar postos de trabalho a estas populações, cujas a maioria não tem qualificações necessárias para as exigências e requisitos requeridos. Ademais existe uma grande disparidade no que concerne a oferta e a procura no mercado de trabalho. A procura é alta e os critérios de recrutamento variados e muitas vezes selectivos

Numerosos sectores da economia são paralisados e o seu funcionamento deficiente. Após a era do socialismo e as consequências da etatização das diferentes empresas, o país engaja se num processo de liberalização e privatização. Os desafios aos quais devem fazer frente os actores e as instituições não são mais as mesmas. O desenvolvimento de um novo tipo de economia dita informal constitui sem sombra de duvida uma dimensão de uma dinâmica das actividades destas populações na sua capacidade de resposta a esta situação de crise.

PRIMEIRA PARTE: MERCADO DE TRABALHO E CRISE E DA SOCIEDADE

CAPÍTULO 1. AS CAUSAS HISTÓRICAS DAS CRISES

1.2.1 A Identificação das crises

Referindo nos ao propósito do padre Imbamba, “Que Angola esteja a atravessar uma longa e profunda crise cultural é uma verdade que qualquer observador comum pode descobrir sem grandes exercícios mentais. Perante uma situação desta natureza, as pessoas podem assumir várias atitudes: uns podem optar pela técnica da avestruz, isto é, iludir-se de resolver o problema, escondendo, pura e simplesmente, a cabeça, ou seja, fechar os olhos à realidade pungente sem se preocuparem com as consequências: outros podem escolher o conformismo ou a resignação passiva, habituando-se a conviver tranquila e pacificamente com a podridão cultural, sem uma capacidade crítica, construtiva e inovadora; outros ainda podem cair no *ango-pessimismo*, em que tudo está perdido, porque encalhados num beco sem saída e, por e, por conseguinte, não há mais nada a fazer senão deixar-se arrastar pela onda fatalista da história para o futuro incerto, à deriva; outros há enfim que, não caindo nem na fatalidade dos *ango-pessimistas* nem na ingenuidade dos *ango-realismo-crítico* em que, com grande responsabilidade, coragem e espírito criativo, diagnosticam, analisam e avaliam a cultura adoentada e propõem novos remédios, novos projectos, preparando, desta feita, um futuro melhor e seguro para todos, sem porém, evadirem-se da situação concreta que se impõe e a todos interpretam.”¹

*“ As causas da estagnação provem em boa parte do actual sistema de direcção da economia da centralização excessiva e da burocratização subsequente da desorganização e da má gestão de empresas, da indisciplina e da corrupção galopante da pilhagem da propriedade social”.*²

As causas desta situação lamentável são várias. Sintetisamos-las com Fátima Roque: “

1-Uma guerra civil devastadora

2-Uma carência dramática de mão-de-obra qualificada

3-A decisão governamental de criar uma economia dirigida, planificada a nível central e subordinada a uma agenda militar

4-Uma gestão económica deficiente, acompanhada de reformas parciais e de políticas económicas distorcivas

5-Elevados níveis de corrupção e

6-Crescente dependência de um único produto (petróleo) para a obtenção de divisas receitas governamentais, estas ultimas utilizadas para financiar (na maior parte dos

¹ IMBAMBA J.M UMA NOVA CULTURA, para mulheres e homens novos. Paulinas, UCAN Luanda 2003 p107

² Discurso pronunciado pelo presidente da República quando do lançamento do programa SEF reproduzido pela ANGOP, e citado por BEAUDET p50 1992

casos) despesas não produtivas.³ Todas estas causas somadas conduziram a economia angolana a um colapso nunca visto antes

O ponto 2 pode ser relativizada. Ao longo de vinte sete anos de independência Angola formou muitos quadros em diversos domínios; muitos não conseguem empregos e colocações devidos a algumas considerações partidárias ou convicções políticas, aliadas ao clientelismo vigente.

ALVES DA ROCHA salienta, “A crise angolana apresenta neste momento especificidade que diferenciam e lhe conferem características peculiares no contexto africano. É uma crise global cujos contornos se apresentam como segue.

-É antes demais uma crise de regime político. Manifesta se em especial circunstancia de quem é poder (governo), nem quem ambiciona ser (oposição) ter propostas concretas para além de se estar preocupado com a situação. Prevalece quase sempre, o imediato e urgente sobre o importante e o decisivo, parecendo que o futuro voltou as costas ao presente

-O segundo sintoma da crise é a crise de valores. Faltam referencias sólidas que transmitam confiança e possam servir de base a um mimetismo social que contribua para se referencia aos actores sociais e possam servir de base a um mimetismo social. Na falta destes códigos socialmente assumidos ou pelos menos no seu não reconhecimento todos os comportamentos são justificados e justificáveis.

-Finalmente a crise económica, a que mais é sentida no quotidiano dos cidadãos. Uma crise económica simultaneamente causa e efeito da crise global e que se manifesta violenta sobre as condições sociais de vida da população.

³ ROQUE T..M Construir o Futuro de Angola Celta Editora Oeiras 1997 p7

SEGUNDA PARTE: O EMPREGO, O DESEMPREGO ; A ESPECIFICIDADE DO CONTEXTO ANGOLANO

CAPÍTULO I. AS REALIDADES COMPLEXAS, CONCEITOS E ASPECTOS METODOLÓGICOS

2.1.1. As estatísticas de trabalho e referências da actividade da população

As estatísticas de trabalho encontram-se fundamentalmente no centro de numerosas controvérsias, sobretudo nos países em desenvolvimento. Na origem destes, existe o facto de que as medidas estatísticas exigem critérios precisos enquanto que as situações concretas são complexas e imprecisas, e que por vezes elas evoluem mais depressa do que os instrumentos considerados para apreendê-los. Elas resultam igualmente em muitos destes países existe uma falta séria de informações precisas sobre certas franjas da população.

(CORGEAU D MARNIESSE S MOISSERON J.Y Dalloz 92. Esta descrição válida também na situação concreta e específica de Angola está agravada por um estado de guerra conforme referenciamos bastante, desmembrou o país em ‘arquipélagos’. De facto um Estado constituído por um território com duas administrações ; as populações submetidas quer seja a um, por vezes ao outro poder como susceptíveis de passar segundo as circunstâncias sob controlo de uma outra das autoridades das duas organizações política e militares (o MPLA e a UNITA), como pode ser simultaneamente nas duas.

O caso angolano merece enfim de uma precaução e cautela na manipulação e tratamento dos dados estatísticos fornecidos independentemente das fontes; porque estes não são neutros relativamente aos aspectos que estão em jogo em presença e aos objectivos preconizados pelas partes em conflito. A fronteira entre o emprego, o desemprego e a inactividade é por vez muito difícil de se aperceber. A produtividade do trabalho é muitas vezes extremamente fraca. O verdadeiro critério de emprego deveria ser o de um salário suficiente para assegurar a sobrevivência do indivíduo e da sua família. Os inquéritos conduzidos nos países em desenvolvimento para avaliar o emprego fornecem números na maior parte das vezes pouco representativos da realidade, assim como as definições sobre as quais elas assentam são criticáveis.

As situações delicadas entre o emprego e o subemprego são mal medidas. Deste modo é muito difícil obter estatísticas significativas de emprego e subemprego. Os laços entre estes conceitos, população activa, emprego, desemprego, logicamente são simples; contudo eles dão lugar à uma série de medidas; às imbricações e sobreposições relativamente complexas que é preciso esclarecer previamente.

A observação em referencia é uma séria chamada de atenção não só no que antecede mas também pela fiabilidade do conteúdo do inquérito sobre o emprego e o desemprego na cidade de Luanda. Um trabalho que nos abordamos na terceira parte do nosso trabalho. Estas observações servem-nos em fim de tipo prevenção tendo em conta esta conjuntura particular na maneira de tratar as fontes. Esta tomada de posição em convergência com o ponto em referencia sobre as considerações e aspectos críticos formulados sobre as fontes utilizadas. Assim, a análise da demografia da actividade, a definição e a duração da actividade da população procedem historicamente da necessidade pelos utilizadores desta fonte produtiva em localizar as reservas de mão de obra em função de seu grau de mobilização actual ou potencial, na actividade económica. Passe-se assim por círculos sucessivos, da população total, para

- a população em “idade de trabalhar”

- a população em idade de trabalhar comprometida na actividade económica

- a população comprometida na actividade económica e efectivamente ocupada.

Convém por isso considerar as três referencias da noção de população activa (a idade de trabalhar, a actividade económica antes de abordar a definição institucional actual da população activa.”

A população activa reagrupa as pessoas as realmente mobilizados na actividade de mercado e as que desejosas de estarem disponíveis, podem se consideradas como imediatamente mobilizados.

A) As limitações das estatísticas de trabalho

O desemprego dos mercados de trabalho tem sido avaliado convencionalmente com base na taxa de desemprego. Mas a relevância e utilidade de taxa de desemprego para este propósito difere entre países e ao longo do tempo. Tal como é definida e medida habitualmente, a taxa de desemprego é mais baixa em muitos países em desenvolvimento do que em países da OCDE. Isso não significa que os mercados de trabalho sejam eficientes nesses países em desenvolvimento. O desemprego definido como a completa falta de trabalho, é apenas uma manifestação do problema de emprego que estes países enfrentam.

O conceito de desemprego não é sempre significativo nos países em vias de desenvolvimento por diversas razões. Em primeiro lugar, a maior parte dos países em desenvolvimento não tem programas de redução do desemprego, deixando os que se encontram sem emprego formal envolverem-se em actividades do sector informal para sobreviverem. Frequentemente, este trabalho não os emprega a tempo inteiro ou gera rendimento suficiente para uma vida digna. Em segundo lugar, um vasto número de pessoas trabalha por conta própria. Quando estes trabalhadores enfrentam períodos sem trabalho, tendem a não procurar emprego formal mas, em vez disso, a

desenvolver actividades alternativas por conta própria, apesar destas poderem gerar um rendimento mais baixo do que o das actividades habituais. Em terceiro lugar, o trabalho em comunidades rurais é muitas vezes organizado de acordo com arranjos tradicionais, com o trabalho disponível distribuído entre todos os trabalhadores, mas com os custos de baixar o seu tempo médio. Deste modo, o problema nos países em desenvolvimento é muitas vezes resumido como subemprego- uma falta parcial de trabalho, baixo salário e subutilização de qualificações, ou produtividade baixa, em vez de do desemprego, tal como é medido habitualmente. (UNDP IDH 2002.) comércio, uma exploração agrícola ou uma empresa de serviços, mas que temporariamente não estavam no activo por razões específicas””. (BIT. 1998)

A) A definição de desemprego; dificuldades inerentes

Para o economista Alves da Rocha. ” É difícil encontrar um fenómeno mais complexo e multifacetado do que o desemprego, justamente devido as suas dimensões pessoais, comunitárias e sociais. As suas consequências psicológicas, familiares e culturais são profundas, intensas e dramáticas. Por isso é se dirigem à abordagem técnico-económico do desemprego, recusando se muitos analistas a considerar o desemprego como mero problema económico, par qual a ciência económica tem interpretações racionais e soluções eficientes. E é assim que deste ponto de vista se pode defender que o desemprego não passa de um desequilíbrio no mercado de trabalho, nomeadamente um excesso de oferta por parte dos trabalhadores. Quando este mercado estiver em equilíbrio a oferta de trabalho tem de igualizar a procura de trabalhadores das empresa e a um determinado perco. Assim se o mercado de trabalho estiver a funcionar normalmente não de haver desemprego. Então a questão da determinação das causas do desemprego centra se no conhecimento das razões de desequilíbrio no mercado de trabalho” (ALVES DA ROCHA M J Lac/ executive Center 2001.)

Quantos aos aspectos que afectam a definição de emprego, o mesmo autor salienta que estes são vários em relação a delimitação desta importante variável económica; nos consideramos e afirmamos que a mesma é abrangente, portanto tão sociológica como demográfica. Pelo enquadramento da nossa abordagem subtraímos entre os quais, alguns aspectos seguintes aspectos;

-a idade; que determina que se leve em consideração a estrutura etária da população activa, de modo a separar o desemprego jovem, do desemprego adulto e do desemprego dos mais velhos: normalmente o primeiro é mais elevado do que o global e o ultimo apresenta sempre uma tendência de crescimento

- o sexo; a taxa de emprego feminina é via de regra inferior à masculina e em alguns países mais baixos do que a taxa de emprego global; em Angola e de acordo com

Mário Adauta, ‘a população empregada estimada para Luanda situa-se em redor de 688.9000 pessoas, das quais 37% ligadas a actividades formais. A população feminina corresponde a 48,6% do total e concentra-se maioritariamente no sector informal com 63,5% dos postos de trabalho. Em contrapartida o sector formal é dominado pelos homens com 67% dos empregos. Esta distribuição é de uma segmentação clara do mercado de trabalho através da feminização do sector informal’”) Mário Adauta in Alves Rocha 2001. Esta constatação é corroborada com os inquéritos IDRALF e IPVCD (cfr), Elementos complementares, tanto pelo inquérito Emprego e Desemprego na cidade de Luanda INE 1993.

-movimentos migratórios internos; espontâneos ou provocados; o exôdo rural maciço introduz alterações significativas nas taxas de desemprego rurais e urbanas e o desemprego entre as populações forçosamente deslocados é seguramente mais elevado do que no resto da população;

-problemas de carácter demográfico; relativos à natureza muito jovem da população angolana- a média calculada para o sexénio 1995-2000 fornece um valor de 52% para o grupo etário 0/17 anos- e ao envelhecimento da população (nos países industrializados que se debatem com taxas de crescimento demográfico muito baixas, coloca-se um verdadeiro dilema entre a tendência para aumentar a idade e as dificuldades dos sistemas de protecção social). (ALVES DA ROCHA id.2001)

-problemas conjunturais; as consequências de guerra trouxeram certas situações de redução de pessoal com aspectos referentes a desemprego de muitas categorias profissionais; caso de despedimento do pessoal do projecto Kapanda, Gamek após a ocupação do canteiro de obras de construção da barragem de Kapanda em 1992. Outros casos similares para assinalarem são os dos trabalhadores dos petroléos na zona de exploração do Soyo, com os ataques de tropas da UNITA nesta área; como da ocupação das zonas diamantíferas das Lunda. Outras situações conjunturais que colocaram trabalhadores na situação de desemprego podem relacionar se com contenciosos laborais específicos; Angonave, Wapo.

B/ A noção de emprego segundo o BIT

A noção de emprego segundo o BIT é extensiva; a mesma leva em incluir no emprego pessoas que não se consideram espontaneamente como activas, ocupadas notoriamente os estudantes que fazem “pequenos trabalhos” os militares do contingente os quais se considera como se eles tivessem um emprego fixo e que são remunerados. Esta definição extensiva não compreende senão em relação aos seus objectivos medir a população activa disponível susceptível de ser mobilizada para a produção. O outro objectivo, que é de estimar a população efectivamente ocupada leva o BIT a completar esta primeira definição extensiva por uma categoria distinta de

activa as pessoas no subemprego. A definição extensiva de emprego torna necessário tomar em conta o grau de compromisso na actividade. O sub-emprego existe quando o emprego de uma pessoa é incapaz em relação as normas determinadas a um outro emprego de uma pessoa é incapaz em relação as normas determinadas a um outro emprego possível tendo em conta a qualificação profissional (formação ou experiência do trabalho) do interessado

2.1.3. O desemprego e os desempregados

O desemprego tem sido sempre um objecto embaraçoso para a sociologia do trabalho. Será pelo facto de sua grande proximidade com o objecto social tudo diferente, a pobreza, pelo seu afastamento do mundo da produção? Será pela dificuldade em arrumar os desempregados numa destas categorias comunmente estabelecidas ? não trabalhador nem ocioso, mas tudo isso na mesma altura ? .Aí talvez reside o obstáculo maior. O desemprego é o inverso do trabalho, o seu contrário e a sua ausencia. Mas o desempregado é um “activo”. Mesmo sem usufruir de emprego, ele é contabilizado no que se denomina “população activa..

A)- Tipos de desemprego

O desemprego decorre dum desequilíbrio no mercado de trabalho. O primeiro elemento a considerar é do domínio dos ciclos económicos. A economia moderna é permanentemente perturbada por choques, uns de pequena dimensão relacionadas com os processos de adaptação económica, outros porém, de maior envergadura e de natureza recessiva. Em angola a guerra deve claramente ser considerada como choque externo que tem tido consequências dramáticas objectivas sobre desemprego.

1) desemprego voluntário

Admitido como possível pela teoria neoclássica; com base nos postulados da racionalidade de dos agentes e do equilíbrio dos mercados só pode acontecer se alguém entender que ao preço de mercado é-lhe preferível não trabalhar. Esta situação pode, de facto ocorrer, nomeadamente quando não se encontra o tipo de trabalho ou de remuneração que se pensa como suficiente para contrapesar o esforço.

2)desemprego friccional

É um desemprego de tipo temporário e relacionado com uma situação especial do mercado de trabalho. Este mercado está obviamente, em desequilíbrio, mas a economia tem empregos para oferecer existem trabalhadores dispostos a aceitar o tipo de trabalho oferecido pelo preço que estiver determinado

3) desemprego involuntário

O desemprego involuntário corresponde a uma situação de carencia efectiva de empregos oferecidos pela actividade económica. Ainda que as pessoas queiram

trabalhar ao salário de mercado existe uma falta de postos de trabalho (Alves da Rocha op cit)

De qualquer modo a questão do desemprego é quase que inevitavelmente antecedida de interações sobre a identificação e contagem dos desempregados. Que são eles ? Quantos são ? São todos na verdade desempregados ou ao contrário foram verdadeiramente todos recenseados? Perguntas sem resposta definitiva: o debate é tanto política, estatística económica e sociológica, quanto como demográfica. (MARUANI, M REYNAUD E. 1993). Os estatísticos que desde longa data se debruçaram e se interrogam sobre o desemprego (Marchand et Thelot, 1983; Malinvaud, 1986; Dubois et Lucas: Cornilleau 1991 concordam hoje: ‘ o fundo do problema é que não existe uma boa definição do desemprego, válida em todos sítios e em todos os tempos (Marchando 1991) In MARUANI id. 93. Um desempregado é um activo privado de emprego, mas todos os sem empregos não são desempregados. A primeira definição, *o desemprego no sentido do BIT* repõe sobre a norma estatística estabelecida pelo Bureau Internacional do Trabalho.

É esta definição que é utilizada pelas comparações internacionais, nomeadamente pela OCDE, e a CEE. Para ser considerado como um “*desempregado no sentido do BIT*”, é preciso estritamente ser sem trabalho, o que exclui qualquer pessoa tendo trabalhado algumas horas durante o período de referencia (a semana anterior) . é preciso por outro lado ser absolutamente disponível para trabalhar e poder atestar de procedimentos efectivos de procura de emprego. O que representa o desempregado num país em desenvolvimento no caso específico de Angola ? “ a definição do BIT (1982) , aplicada na maior parte dos inquéritos sobre o emprego no mundo, é muito limitativa: é preciso para ser declarado operário no desemprego, não ter trabalhado, nem sequer que fosse uma hora, uma semana de referencia ao inquérito, procurar activamente, e estar imediatamente disponível para exercer um . Não é seguro que esta definição corresponda bem ás realidades dos países em via de desenvolvimento onde as fronteiras entre a inactividade e o subdesenvolvimento são ligeiras sobretudo onde os dispositivos de buscas formalizadas (agencias para o emprego) estão muito pouco desenvolvidos (op.cit 2000).

Por “*desempregados*” é preciso em principio estudar todas as pessoas que ultrapassam uma idade específica que ao longo do período de referencia, estiveram sem trabalho, disponíveis para trabalhar e a procura de um trabalho. A taxa de desemprego indica a proporção dos desempregados entre a população activa (Relatório sobre o Emprego no mundo 1998-1999).

Antes destas resoluções evocadas, primeiro existe uma definição internacional de emprego e do desemprego adoptada pelo BIT em 1954 que estipula. “

“ O desempregado, todo o indivíduo que preencha as três condições de referencia

- a) estar sem emprego, quer dizer não ter efectuado nenhum trabalho remunerado
- b) estar disponível, salvo doença benigna
- c) procurar um emprego, quer dizer ter efectuado um ou vários actos de candidatura durante a semana de referencia (GAZIER Po cit. 92)

“Assim para permitir um acompanhamento internacional do emprego, do desemprego, o Bureau Internacional du Travail (BIT) emitiu recomendações que apoiam a definição da actividade sobre critérios precisos, a esperança de tornar o mais homogéneo possível a medida de realidade diferentes. Cada país aplica estas regras, porém em função, porém em função da especificidade da sua organização social ,das suas instituições e dos seus instrumentos.

Apenas o *subemprego visível* pode ser medido pelos inquéritos. Ele obedece a dois critérios

- a) o carácter involuntário de uma duração do trabalho inferior ao normal
- b) O desvio da duração normal do trabalho. Isto depende da legislação e das práticas sociais de cada país (ID 1996)

Distingue-se o *subemprego visível* que é mensurável, do subemprego invisível que reflecte uma divisão dos recursos em mão-de –obra ou um desequilíbrio fundamental entre a mão-de-obra e os outros factores de produção, e cujas sintomas, característicos poderiam ser o fraco salário, a sub-utilização das competências ou a fraca produtividade .(BIT, 1982) op cit 1996). Segundo a terminologia do inquérito Emprego e Desemprego em Luanda (Part III), o sub-empregado invisível é uma pessoa que tem um dia de trabalho inferior ao normal mas que não pode encontrar um emprego par um número de horas superior as desta jornada e que gostaria de trabalhar mais horas. Neste caso preciso isto equivale a menos de 30 horas de trabalho.

O subemprego invisível; a classificação do subemprego invisível foi feita a partir de métodos realizados em função do salário pelo trabalho e tempo completo. (GAZIER op. cit 1992). É por isso que são considerados nesta situação as pessoas trabalharam uma jornada completa (quarenta e mais horas por semanas e receberam uma remuneração pelo trabalho na sua ocupação principal para além do salário mínimo estabelecido. As pessoas no desemprego, são apenas que em idade activa, que durante o período do inquérito não trabalhavam mas estavam a procura de emprego. As pessoas em emprego que durante esta semana de referencia não procuraram trabalho porque elas tinham uma garantia de emprego par o futuro (indeterminado) são consideradas como desempregadas.

O emprego é uma das variáveis estratégicas dos processos de crescimento e desenvolvimento económico. É de mesmo modo foi sublinhado que o desemprego é presentemente, um dos mais preocupantes problemas nacionais. Principalmente o baixo nível da actividade económica explica a sua actual dimensão e extensão, sendo

claro estar se face a um desemprego involuntário. O desemprego como evidência estatística, embora ainda mal medido e com fenómeno económico é relativamente recente em Angola. Até 1990 o Estado por intermédio de sua máquina administrativa e do seu sector empresarial funcionou como um grande amortecedor do desemprego. As despesas orçamentais para manter uma máquina deste quilate foram soberbas transformando o estado no segundo maior contribuinte do Produto interno a seguir à economia petrolífera.

A estatização da maior parte da economia a partir de 1976 transformou o sector empresarial do país num gigantesco conjunto de instituições públicas, com regras centralizadas de funcionamento e critérios administrativos de valorização da actividade produtiva.

Não existem estatísticas do emprego e do desemprego. Uma reflexão sobre mercado de trabalho tem de se basear em variáveis correlacionadas e em projecções baseadas no comportamento de variáveis explicativas como o Produto Interno Bruto, os níveis de utilização da capacidade produtiva instalada e na análise dos acontecimentos. (Alves da Rocha 2001)

CAPITULO II: MERCADO DO EMPREGO. UMA INADEQUAÇÃO ENTRE A OFERTA E A PROCURA

Quando não é pela etnia que condiciona a entrada em tal profissão, são muitas vezes as relações de parentesco, de clientelismo que permitem obter um bom emprego. Em fim o salário está longe de ser um argumento na decisão de postura para um emprego público, na medida em que este oferece oportunidades de ganhos mais ou menos lícitos em relação a actividade escolhida.(COGNEAU, Id 2000)

2.2.1. Um mercado de emprego dualista e uma baixa qualidade de oferta

Analisando o mercado de trabalho em Angola, seria importante ter em conta os aspectos relativos a uma economia dualista. Esta é caracterizada por uma economia formal que recobre justamente uma parte minoritária da população economicamente activa, um número de abandono escolar que provoca uma pressão no mercado de trabalho, principalmente na mão-de-obra não qualificada. Uma comparação das estatísticas de trabalho com as séries anteriores coloca em evidência um nítido decréscimo de trabalho em relação a estrutura de ocupação existente. Por outro lado a procura de uma força de trabalho qualificada permanece superior a oferta. Assim a falta de um pessoal qualificado constitui uma das deficiências do mercado de trabalho formal. A conjuntura actual com as previsões de expansão da economia nacional num futuro imediato não apresentam grandes expectativas de enquadramento da força de

trabalho excedentária na economia formal. É de prever um fluxo ainda maciço para a economia informal e a redução consecutiva dos níveis de remuneração. Ao longo do ano de 1997 o mercado nacional de emprego apresentou-se de modo seguinte.

Quadro 9. Procura e Oferta de Emprego e colocação por centros de emprego (1997)

	1.Centro de emprego	2.Procura	3 %	4 Oferta.	5 %	6 Colocação	7 %	8 2/6	9 4/6
1	Cabinda	1559	8	608	484	6,3	31,4	31,4	79,60
2	Soyo	957	5	185	2,1	185	2,4	19,33	100
3	Uige	635	3,2	689	7,7	583	7,6	91,81	91,81
4	Luanda	2783	14,1	1031	11,5	916	12	32,91	88,84
5	K.Norte	790	4	294	3,3	294	3,8	37,21	100
6	K.Sul	263	1,3	122	1,3	50	0,7	19,01	40,98
7	Falange	1065	5,4	1249	13,9	964	12,6	90,51	77,18
8	L.Norte	779	4	561	6,2	543	7,1	69,70	96,79
9	Benguela	489	2,4	350	3,9	222	2,9	45,39	63,42
10	Luena	452	2,3	194	2,2	194	2,5	42,92	100
11	Menongue	738	4	495	5,5	365	4,8	9,53	73,73
12	Huambo	954	5	122	1,3	91	1,2	101,92	74,59
13	Kuito	104	0,5	119	1,3	106	1,4	69,45	86,76
14	Namibe	275	1,4	220	2,4	191	2,5	29,79	74,59
15	Tombwa	158	0,8	126	1,4	126	1,6	37,6	100
16	Lubango	4950	25,2	1700	18,9	1475	19,3	24,09	86,76
17	Saurimo	1625	8,2	620	6,9	611	8	37,6	37,6
18	Caxito	1025	5,2	318	3,5	247	3,2	24,9	77,6
	TOTAL	19601	100	9003	100	7647	100		

Fontes; MAPESS, Encontro nacional sobre Emprego em Angola 1998

Tendo em conta a complexidade dos fatores no terreno estes dados estão longe de reflectir a situação real. Eles representam as informações recolhidas e registradas pelos serviços de Emprego do ministério da Administração Pública e Segurança social. Eles não levam em conta os diferentes canais de entrada nos diversos sectores de actividades. Lubango é a localidade com o número mais elevado de pedidos de emprego registados das quais 4950 e 25,2%, seguido de Luanda com 2783 e 14,1%. Pelo contrário as ofertas mais elevadas de emprego são assinaladas também na mesma localidade com 1700 e 18,9% seguido depois por Malange com 1249 e 13,9%. A melhor colocação é igualmente no Lubango com 1475 e 19,3%.

Estes dados parecem-nos muito insuficiente e até incompletos. Eles não nos descrevem os sectores onde estas procures e ofertas e colocações foram efectuadas, nem as categorias, sexo, a idade dos respectivos efectivos. Finalmente eles não nos fornecem também explicação sobre a especificidade da característica de Lubango na sua posição estatística modal no que diz respeito a procura, a oferta e a colocação em relação as outras localidades.

Nos acrescentamos as colunas 8 e 9 (quadro 8) para desbloquear as percentagens em linha de colocação em relação a procura e a oferta. A nível da procura três localidades absorvem relativamente em colocação as solicitações formuladas das quais (Malange, Huambo, Uíge). Pelo contrário Luanda, só tem 32,9% de colocação em relação a procura. No que concerne a oferta, Soyo, Luena, Tombwa, Kwanza Norte, Uíge chegam a cobrir de uma maneira satisfatória os postos colocados a sua disposição. Os níveis mais baixos são registados em Saurimo, Kwanza-Sul. De uma maneira bruta, as demandas correspondem a 0,3% de colocação e as ofertas a 84,93%, o que quer dizer o total das procuras formuladas por um lado e as ofertas por outro, em relação a colocação. O que confirma mais a inadequação entre os Factores no mercado e a falta de trabalhadores correspondentes as qualificações ou aos perfis solicitados. A dificuldade dos empregadores em cobrirem os postos propostos faz transparecer a margem possível de pedintes de emprego que não conseguem obter uma colocação.

Evolução da demanda, oferta e colocações de emprego ao longo dos anos 1994 a 1997

Anos	Demanda	Taxa %	Oferta	Taxa de desemprego	Colocação	Taxa %	Total %
1994	14498	51	7812	27	6245	22	28555
1995	30645	73	6533	15	5007	12	42185
1996	27510	59	10681	23	8539	18	46730
1997	19601	54	9003	25	7647	21	36251

Fontes; MAPESS, Encontro nacional sobre Emprego em Angola, Abril 1988

A análise dos dados (quadro 10) da evolução do mercado de emprego de 1994/ 1997 permitindo nos afirmar que a taxa de desemprego passou de 27% a 15%, seja 12% entre 22% na procura.; uma redução na oferta como nas respectivas colocações de 12% e de 10%. De 1995 a 1996 houve uma baixa na procura na ordem de cerca de 14%; um aumento de 8% pela oferta e de 6% para as colocações. Nos podemos constatar um ligeiro aumento na taxa de desemprego de 2% entre 1996 e 1997, uma baixa na procura de pouco mais ou menos de 5% e as ofertas e colocações aumentaram respectivamente na ordem de 2% e 3%. Isto demonstra que em dois anos

1995 a 1997, a taxa de desemprego aumentou 10% (15%-25%). Isto é uma situação grave que tem consequências sociais na economia angolana e que poderia ter efeitos nefastos se tiver em conta a baixa do preço do petróleo no mercado internacional e dos efeitos na inflação da moeda.

O desenvolvimento de um sistema de básico de segurança social para compensar os efeitos reais negativos do desemprego, a concretização de programas de obras públicas, com a utilização intensiva de mão- de-obra visando a reconstrução de infra-estruturas sociais e físicas e o investimento na formação profissional e vocacional para melhorar a qualidade do capital humano de Angola constituem os meios correctos de utilização dos limitados dos recursos disponíveis e de reestruturação do padrão de emprego como resposta às forças do mercado, no interesse de uma maior eficácia(FATIMA ROQUE. Op cit 1997)

CAPÍTULO 4. ANGOLA E LUANDA; ALGUNS DADOS COMPARATIVOS

Estima-se que o efectivo da população de mais de 15 anos que em 1990 exercia alguma actividade socialmente útil, atingira cerca de 3,9 milhões de pessoas seja o equivalente a 70% da população em idade de trabalhar (15 anos e mais). Relativo a população masculina, esta percentagem atinge 88% e perto de 54% para a população feminina. Estas apuradas da actividade a partir da informação da OIT de 1985 não estão anualmente disseminadas em comparação as de outros países e regiões em desenvolvimento. Muito pouco níveis e modelos de taxa específicas de actividades masculinas e femininas divergem fundamentalmente das comparações internacionais. Para os homens algumas percentagens iguais ou superiores atingem 90% ou 95% no seio de grupos que fazem parte da faixa etária de actividade produtiva plena (geralmente de 25 a 60 anos de idade) com certas proporções mais baixas a nível dos jovens e dos velhos. O relatório não fornece nenhum detalhe no que respeita as mulheres (**ANGOLA. Relatório Nacional FNUAP Luanda Agosto 1990**)

Parte na estrutura da força de trabalho nacional

Quadro 18. Luanda e a estrutura da força de trabalho nacional

Entidade patronal	Numero de empregados	Percentagem de empregados	Contribuição de Luanda
Governo central	250.000	5,3%	15,2 %
Empresas estatais	376.000	8,0%	34,0%
Militares (MPLA &UNITA)	212.000	4,5%	-
Sector de emprego formal	839.000	17,9%	7,6 %
Sector de emprego informal	3.011.000	64,2%	5,0%
Total	4.688.000	99,9%	19,0

Fontes; (Estimações do Banco Mundial). in Inquéritos sobre despesas e receitas dos agregados familiares em Luanda 1990 IDRALF Ministério do Plano e UNICEF Angola

O quadro 18 mostra uma estimativa da estrutura da força de trabalho nacional e da força de trabalho em Luanda respectivamente. A comparação destes dois dados apresenta uma nítida superioridade do mercado de trabalho em Luanda para o emprego no aparelho do governo central. Uma evidencia confirma como enquanto sede das instituições do país. Em Luanda, o emprego nas empresas do Estado correspondem a 34% da força de trabalho. A contribuição de Luanda na força de trabalho nacional é de 19% e 7,6%. no sector do emprego formal e de 5%. no sector informal. Estas referencias comparativas permitem ter-se uma ideia do peso que representa a capital na estrutura da força de trabalho.

TERCEIRA PARTE: LUANDA; O INQUERITO SOBRE EMPREGO E DESEMPREGO, E ELEMENTOS COMPLEMENTARES

CAPÍTULO I; CARACTERISTICA GERAIS E RESULTADOS

3.1.6. Principais resultados

8. População desempregada	142.905	100.0
8.1. Homens	72.638	50.6
8.2. Mulheres	70.638	49.4
9. Taxa de desemprego		22.3
9.1 Taxa de desemprego dos homens		20.2
9.2 Taxa de desemprego das mulheres		24.9

A apresentação destes resultados é baseada na descrição feita pelo INE, a instituição que se encarregou de todo o trabalho da realização do inquérito Emprego e Desemprego em Luanda e as outras instituições que inspiraram se dos seus resultados para a sua interpretação. A população total foi de 1.683.630 cujos 839.834 mulheres e 839.834 homens cujos 50,1% e 49,9% respectivamente. A população de menos de 10 anos era de 1.130.481 cujos 563.253 homens e 576.228 mulheres, 49% e 52,2%. A população economicamente activa era de 640.111 cujos 357.077 homens e 283.034 mulheres com 58,6% e 44,2%. A população não economicamente activa 490.370 cujos 206.170 homens e 284.194 mulheres com 42,0% e 58,0%. Quanto a população empregue ela foi de 497.206 cujos 284.810 homens e 121.396 mulheres com 57,3% e 42,7%. A observação da descrição dos resultados permite constatar a existência de indicadores desfavoráveis no que concerne as mulheres em relação aos homens nomeadamente; a população economicamente activa (44,2%), a população não economicamente activa (58%), a população empregada (42,7%). A taxa de desemprego (24,9%), a taxa global de participação (16,8%), a taxa de sub-emprego (52,0%), a taxa de sub-emprego visível, a taxa de sub-emprego invisível (40,9%). Em que a crise que afecta a sociedade contribuiria a estes indicadores menos favoráveis? Quais seriam as causas objectivas ou subjectivas destes parâmetros desvantajosos para as mulheres? Estas perguntas poderiam sugerir novas pistas de pesquisas e campo de investigações para estudos que nos permitam encontrar elementos de respostas

3.1.6.3. PEA total ao desemprego e PEA a procura do primeiro emprego por faixas etárias

Quadro 25. População ao desemprego e PEA

Faixa etária	% TOTAL		% / PEA Total		Rácio de Sexo (1)	
	PEA Desempregada	Procura do primeiro emprego	PEA Desempregada	Procura do primeiro emprego	PEA Desempregada	Procura do primeiro emprego
15-19	33,1	5,9	48,9	45,6	178,3	165,3
20-24	31,2	34,4	37,6	27,9	68,0	56,4
25-29	14,2	10,2	10,2	8,8	79,4	52,3
30-39	14,0	7,3	11,9	4,2	6,2	31,9
40-49	5,1	2,1	8,5	2,3		
50-59	1,8		6,8	-	81,3	-
60 e +	0,3	0,1	3,6	0,9	300,9	-
TOTAL (2)	100,0	100,0	22,5	15,1	98,9	88,1

Fonte: INE (Inquérito Emprego e Desemprego em Luanda)

(1) Relação (homem/mulher) x 100

(2) Faixa etária de 10-14 anos e as idades não especificadas incluídas

O desemprego propriamente dito ou desemprego aberto abrange quase os 2/3 da população jovem, principalmente aquela que procura o trabalho pela primeira vez. A propocão dos desempregados a procura do primeiro emprego corresponde à 15% da PEA total mas à não menos de 45 % da PEA de 15-19 anos e a 28 % daquela idade de 20-24 anos. A intensidade máxima desta procura de primeiro emprego verifica se pelos homens já na faixa de idades de 15-19 anos (43% do total de desempregados) para as mulheres, na faixa e idades de 20 –24 anos 37 % (op cit 1993). Segundo os resultados do inquérito, a população desempregada quer dizer sem emprego, era estimada a 142.905 pessoas (23.3%) da PEA. Deste total 68,1% corresponde aqueles que procuram o trabalho pela primeira vez e 31,9% aqueles que tinham um trabalho antes mas permaneceram sem emprego. A distribuição da população sem emprego por sexo, representa 50,6% para os homens e 49,4% para as mulheres. O nível de instrução da população sem emprego apresenta se maneira seguinte, 16,8% são analfabetas ou nunca foram escolarizados 76,4% somente atingiu o terceiro nível do ensino.

Fig. 5 Repartição da população no desemprego

Estes dados demonstram que a população no desemprego tem percentagens elevados nas faixas de idade de 15-19 anos e 20-24 anos; por outro lado é na faixa de idade dos 20-24 anos que a percentagem elevada é observada no que diz respeito a procura do primeiro emprego. Este gráfico corresponde aos dados relativos aos do quadro 25, no que concerne a PEA no desemprego, e aquela a procura do primeiro emprego.

3.2.1. INQUÉRITO SOBRE AS DESPESAS DOS AGREGADOS FAMILIARES EM LUANDA (IDRALF)

O inquérito sobre despesas e receitas dos agregados familiares em Luanda (IDRALF) tem o mérito de ser uma iniciativa conjunta entre uma instituição das nações unidas (UNICEF) e o ministério angolano do Plano. Ele beneficiou na sua realização do concurso de algumas personalidades do mundo académico como Stephen Devreux e Simon Hunt, com a colaboração de William Bender afectados ao Food group da universidade de Oxford; como também de Renato Aguilar da Universidade de Gothenburg. O inquérito confirma a superioridade nítida de Luanda na estrutura de força de trabalho nacional, a importância das empresas estatais. Por outro lado ele evidencia o peso considerável do sector de emprego informal. No que diz respeito aos ramos de actividades, o comercio, os transportes e serviços concentram as percentagens determinantes. Ele revela uma grande proporção de mulheres a trabalharem por conta própria e no sector denominado de *autoemprego* com 81,2% no comercio e alimentação. Ramo que o inquérito Emprego e Desemprego destaca como

aspecto considerado de desemprego; o que ao nosso ver seria uma asserção discutível. Qualquer actividade de comercio não pode ser de forma absoluta considerada de informal; é errado ver as coisas desta forma, ou tentar em confundi-las. Quanto ao sector informal e formal privado, nos parece existir uma certa imprecisão em empreenderem os seus fundamentos com fim estabelecer uma real distinção entre os dois conceitos nos factos.

3.2.2. INQUERITO PRIORITÁRIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DE DOMICÍLIOS. I.P.V.C.D.

O perfil das taxas de desemprego em Luanda

O desemprego constitui, com efeito um importante indicador dos desequilíbrios existentes no mercado de trabalho, na medida em que ele exprime os desajustamentos entre a oferta e a demanda. A título comparativo, esta taxa bruta de desemprego foi estimada a 23,3 % cuja 20,2% para os homens e 24,9% para as mulheres (vide Emprego e Desemprego em Luanda 1992). Ele correspondia a 32,3%, sendo mais elevado no sector informal de 4 % comparado a o do sector formal. A taxa de desemprego entre as mulheres era de 35,6% mais alta que a dos homens (IPVCD)

O perfil da taxa de desemprego apresenta profundas disparidades segundo os grupos considerados da população. Ele varia fortemente entre os grupos de idades, e apresentam os valores elevados nos grupos de idades dos 10 a 19 anos. Os valores são indicativos do nível de abandono escolar existente na capital; ao mesmo acrescenta se o estado de pobreza das famílias que afecta esta camada da população relativamente jovem a esta situação de inactividade.

Habitualmente, a taxa de desemprego de jovens de 14 anos deveria ser inferior a de outras faixas etárias. Isto não é o caso, em consequência de dificuldades conjunturais económicas e sociais que o país atravessa e que levam muitos jovens a procura de um emprego com vista sobreviver; tendo em conta o facto do acesso as escolas seja limitado e o jovem é considerado como uma força de trabalho capaz de produzir um rendimento.

Taxa de desemprego por sexo e por idade

As taxas de desemprego são superiores por mulheres em todas as faixas de idade de 10 a 19 anos. As taxas de desemprego decrescem à partir de 25 anos, o que corresponde com relação dos dados do inquérito Emprego e Desemprego (quadro 25 e figura 5). Eles representam portanto para as mulheres um ligeiro aumento do grupo dos 40-44 anos.

Taxa de desemprego por nível de escolaridade

Sexo	Grupos de idades				
	10-19	20-29	30-49	50+	Total
Homem	72.4	26.6	8.4	14.4	28.5
Mulher	70.9	30.3	20.3	29.4	35.6
Total	71.6	28.7	14.2	20.8	32.1

Fontes; IPCVD in IDH Relatório PNUD ANGOLA 1998

As taxas de desemprego entre as pessoas de 10 a 19 anos são superiores àquelas de 20-29 esta informação vai de encontro com a dos dados do inquérito emprego e desemprego. Elas correspondem ao seu valor mínimo na população da faixa de 30 a 49 anos. Embora que a taxa de ocupação do sexo masculino seja predominante 88,9 %, a taxa de mulheres é de 65,5 %, sejam 2 a 3 mulheres declaram trabalhar de uma maneira remunerada ou recompensada. Segundo o inquérito MICS(Multiple Indicator Cluster Survey; Inquérito por indicadores múltiplos por amostragem) realizado pelo INE e financiado pelo UNICEF com um tamanho de amostra de 4337 lares nas zonas urbanas e rurais cujo 7360 pessoas responderam ao questionário) as taxas de desemprego manifestam-se à volta de 25 % nas mulheres por uma segmentação do mercado de emprego representado pelo género com mais de mulheres no sector informal que homens no meio urbano. O que pode explicar-se pelo baixo nível de instrução e a facilidade de acesso ao sector informal. Esta constatação observa-se também no inquérito IDRALF.

4. LUANDA, UMA CRISE SOCIAL GENERALIZADA; ALGUMAS MANIFESTAÇÕES

4.1. UM DESEMPREGO EM ALTA

“A crescente brutalidade de fiscais, ao serviço do governo da província de Luanda , contra vendedores ambulantes destapa a sombra visível de à força de quer-se tapar a verdade do desemprego de milhares de homens e mulheres em idade para exercem a actividade económica e sustentarem os seus agregados familiares. (vide LUKOMBO EBONET.15/7/03). Para enegrecer ainda mais o quadro, o crescente sector privado possui empregadores que abusam do Poder e as pequenas promessas de empregos não servem à demanda. Engana-se se pensar que tal quadro se aplica apenas aos iletrados.. Existe inclusive um déficit de quadros superiores, aumentando a taxa de desemprego no país. O que realça a observação que fizemos sobre a falta de mão de obra qualificada conforme as causas apontadas pela economista Fatima ROQUE. Neste particular, por exemplo, vale a pena dizer que existiam, até ao meio de 2002, 5 mil técnicos superiores, ou seja, 38 graduados por cada 100 mil habitantes. Ainda assim, a taxa de escolaridade no ensino superior é de 0,6% e forma-se anualmente apenas cerca de 300 novos graduados na única universidade do país, a Universidade Agostinho Neto. (EBONET, 31/12/2002)

A/ KINAXIXADAS

Quanto às promessas , no que a Luanda diz respeito, o mercado Kinaxixi será transformado em shopping com 6 mil novos empregos. Muito mais de dois anos já passaram, muita água correu debaixo da ponte e a situação (imprópria para o consumo) do histórico mercado do Kinaxixi em nada se alterou. No rescaldo da polémica resultante da proposta apresentada pela Macon em instalar no local um moderno shopping center, a Assembleia Nacional nomeou e bem uma Comissão Parlamentar de inquérito (CPI) que embora demasiado lenta acabou por concluir que o projecto devia mesmo arrancar. Polémicas de género, envolvendo diferentes interesses, neste caso o mercado constitui um bem público e a Macon é um investidor privado constituem o pão nosso de cada dia nos regimes democráticos de livre concorrência, mas não podem arrastar-se indefinitivamente. Ou se embargava o novo projecto ou ele recebia luz verde para ser posto em marcha, sendo esta a segunda opção da CPI que assim agindo deve assumir as sua consequências. O tempo correu célere e as palavras (ou promessas) levaram-na a vento. O vendedores permanecem no Kinaxixi, a criminalidade pelas carcanias aumentou a olhos vistos, o que já tem levado muita gente, sobretudo quando a noite cai sobre a cidade, a evitar os prazeres do emblemático Njinga Mbandi. (AGORA 8/9/2003 n 340).

B/DESPEDIMENTO ARBITRÁRIO

Quem trabalha para um empregador privado deve levar em conta que poderia ser despedido arbitrariamente pelo seu patrão, que até nem seguro de contra acidentes de trabalho lhe paga, denunciou em 2002, a delegação da administração pública de Luanda. Muitos detentores de empresas privadas no país estão a recorrer fácil demais aos despedimentos arbitrários e não definem seguros contra acidentes de trabalho para os seus empregados. Estas são duas questões que estão a levantar grande alarme entre os trabalhadores, particularmente em Luanda, a quem não são pagos também o abono de família, tem contratos à lei, se os possuem, e não se lhes atribui seguro contra doenças profissionais. Um dos casos ilustrativos desta triste situação refere ao despedimento de quadros angolanos com mais de trinta anos de serviço na agência de viagens Expresso. (ACTUAL 23/8/03 363)

A delegação provincial do MAPESS que deu a conhecer o seu balanço do ano 2001 ao primeiro trimestre de 2002, indicou que pelos menos 520 infracções a lei forma notadas, designadamente o não pagamento de abono de família, a falta de seguro contra os acidentes de trabalho e doenças profissionais, os despedimentos arbitrários e os contratos contrários a lei. Para àqueles que trabalham em empresas estrangeiras, a questão está diferença dos níveis de rendimentos que auferem em comparação com colegas expatriados. (EBONET. 31/12/2002)

4.2. LUANDA; uma capital em metamorfose a” cidade- praça” com a ebulição do movimento reivindicativo social. O vendaval da grande revolução

Que o próprio alto mandatário do país venha ao público confessar que vendedores de rua e ambulantes invadem até os órgãos de soberania para as suas actividades, é um indicativo das manifestações de novos tempos que se vivem em Luanda.

Contrariando todas as expectativas, com o fim das hostilidades militares as melhorias ainda não estão a dar sinais indicativos e passos para as mudanças substanciais desejadas. Crescem todos os dias os ingredientes de uma revolução social em gestação, e um clima propício para o rebentamento tal um barril de pólvora ou uma bomba em retardamento com o recrudescer das reivindicações sociais. Esta revolução social dá sinais sintomáticos evidentes. Ela já marcha, calcorreia, os quintais famintos e desempregados dos autóctones e sai rua (Folha 8 2/8/03). Manifesta-se. Grita. Apela e faz greve. Da greve mais prolongada e trágica que o país regista (ANGONAVE), hoje surgem novos aliados entre as categorias sociais dos professores universitários com uma marcha a primeira do género nas ruas de Luanda em 26/7/03; e como não bastasse com o cúmulo de agravantes os mesmos considerados improdutivos pelo próprio ministro do sector da tutela. As reivindicações repetidas dos médicos e enfermeiros, magistrados públicos, jornalistas, os antigos militares das FAPLA, a manifestarem se junto da sede do partido no poder MPLA. A reacção dos populares

com o enceramento da praça de Estalagem, tanto como de Rocha Parque e o pânico e suspensões suscitados com o fim do famoso ‘Roque Santeiro’. É o alarido geral contra o regime.

Para o sociólogo português Boa Ventura de Sousa e Santos, existem quatro desafios por ele identificados.

Primeiro o desafio da desigualdade social. Angola é um país riquíssimo e a esmagadora maioria do seu povo vive na miséria. A guerra serviu até agora para encobrir que nas desigualdades reside uma das mais persistentes continuidades entre Angola colonial e a Angola pós colonial. Alias embora as comparações sejam difíceis, a situação é hoje neste domínio mais grave que no tempo colonial.

O segundo desafio é o de construção de um Estado democrático, eficiente e íntegro. Também aqui é pesada a herança do Estado colonial mas ela está longe de explicar tudo. Este desafio defronta dois grandes obstáculos. O primeiro é o da corrupção, ou seja da privatização do Estado por parte da elite no poder. As histórias que correm em Luanda sobre negociações fabulosas, envolvendo líderes políticos e seus familiares, são deveras preocupantes tanto mais que o sistema judicial assiste passivo ao que se passa. O segundo obstáculo é o da difícil interiorização da mentalidade democrática por parte das forças políticas que conduzem a transição democrática. O partido único não deixa de o ser pelo mero facto de reconhecer a existência de outros partidos e de aceitar a disputa eleitoral.

O terceiro desafio é o da construção de um modelo político social e cultural genuinamente angolano, um modelo que assuma o legado cultural do país (muito dele preexistente ao colonialismo) e o faça de maneira não tradicionalista, ou seja, em nome de uma racionalidade mais ampla que a ocidental e de uma modernidade menos imperial e mais multicultural do que imposta pelo colonialismo e pela globalização neoliberal.

Finalmente o quarto desafio é o desafio da reconciliação nacional. As tarefas de reconciliação são particularmente exigentes em Angola porque não respeitam exclusivamente a reconciliação nacional entre os inimigos da guerra civil. Diz também respeito ao fraccionismo. Angola deverá ter a coragem de constituir uma comissão de verdade e de reconciliação. (BOAVENTURA DE SOUSA E SANTOS; ANGOLA NA VIRAGEM, coluna Visão 31/8/03)

Enfim para o professor moçambicano Firmino Mucavela na sua intervenção aquando das jornadas da FESA em Luanda, “ *A distribuição equitativa da riqueza é das principais garantias do fim dos conflitos, ao reduzir o fosso entre os que tem e os que não tem. Ele acrescenta se não fizer isto serão estas mesmas pessoas vulneráveis que se sentem marginalizadas, que se vão sublevar e vão criar conflitos regionais e províncias e alguns políticos poderão tirar proveito desta situação.* (Jornal de Angola 29/8/03).

A/ Do clamor dos “espezinhados zé povinho” a hora dos “doutores”.

“Temos de andar nesta vida, para não roubar ou ficar atoamente em casa sem trabalhar, porque nós os do sul antigamente, se não fizéssemos nada, te tratavam logo de bombista ou informador da UNITA”, afirma João Luimbale. Ele não deixa também de expressar o seu desapontamento, porque nos diziam que o responsável do nosso sofrimento era Jonas Savimbi. Agora ele já morreu há mais de um ano e a situação está pior, porque que em 1991. Afinal o mal é mesmo deste Governo que só sabe nos roubar os produtos e deixar nos sem emprego, escolas e hospitais. Eles são piores que o Savimbi, porque ele ao menos viva no meio do povo e não era corrupto, disse(Folha 8 n 678 ano 9 2/8/03).

“Nos somos vendedores ambulantes é por falta de emprego. As fábricas estão fechadas e as que trabalham estão a despedir todos os dias, nessa situação temos de fazer alguma coisa, a não ser que os que nos correm sem propostas preventivas, em alternativas de empregos queira que morramos de fome. (Folha 8 id) O mesmo acrescenta, estarem cansados de rogar o governo para arranjar novos empregos, para podermos sair da rua. Nos somos filhos de pobres e ninguém nos liga. Somos visto como lixo, mesmo sendo pessoas .Mesmo que o Presidente mande a Policia com cães atrás de nós não vamos sair da rua sem emprego. Se quiser nos mate asseguro Alberto Lussango. “Nos já estamos cansados de ameaças, de sermos discriminados e depois virem pedir-nos votos, quando nos fazem correm como cães

Segundo Franco Neto .“*É preciso que os governantes tenham consciência que não nos orgulhamos por deambular pela ruas. Nós somos obrigados a fazê-lo porque eles não nos dão outra escolha. E quando, a Polícia, nos rouba os produtos, nos prende, está a mandar-nos para a bandidagem. Para a delinquência. Os governantes querem que sejamos gregos altamente perigosos, em vez de homens honestos que vivem do seu trabalho justo.*

Para Dizua Salvador, técnico médio, à guisa da reacção às palavras do alto mandatário da nação sobre os ambulantes; “ *ele não conhece o país real, as suas feridas, as suas mazelas, seria mais prudente que ele antes de falar, fizesse um levantamento sobre*

quem é que está na rua, na marginalidade do sistema, e poderia ter muita surpresas. Existe aqui gente formada, mas sem oportunidade, sem trabalho, sem outra forma de ganhar o pão de cada dia. disse. Na sua óptica seria importante que “ao invés de mandar reprimir os autóctones, vendem junto do Palácio, pois nunca faz aos estrangeiros, ilegais, sensibilizados todas as entidades públicas e privados poderosa do país, para uma verdadeira concertação, par a redução de desemprego, da fome e da miséria, conclui.

4.3 A PROSTITUCÃO COMBATE A FOME EM LUANDA

Baseando nos em algumas reportagens realizadas na baixa da cidade de Luanda e o mercado Roque Santeiro, tentamos de descrever este fenómeno social embora tão antigo conhece um recrudescer nesta urbe. Vale apenas recordar que segundo a UNESCO “Todas as formas de exploração sexual são incompatíveis com a dignidade humana e, por conseguinte, violam direitos humanos fundamentais, independentemente de idade, sexo, raça, e etnia, ou classe social da vítima.

A/ O meu corpo uma ninharia

A vida de centena e meia de mulheres que vendem prazer sexual no mercado Roque Santeiro a qualquer homem disposto a pagar 40 ou até 20 kwanzas. As quedas de Kalandula, em Malanje inspiraram o nome de um prostíbulo no Roque Santeiro, o maior mercado informal de Luanda. Só que aqui não caem correntes de água. Caem pessoas em busca de prazer ilimitado, praticando sexo de risco e a muito baixo preço. *”Não sinto nada e nem sequer gosto disso”. Foi esta a resposta de Maria de Fátima quando questionada sobre os seus sentimentos e se gostava ou não de ser prostituta. A conclusão saiu ainda mais fria e directa. “só quero dinheiro”.*

Maria de Fátima, de 19 anos, é uma pequena parte de um grupo de jovens que e prostituem todos os dias no mercado do roque Santeiro, no município do Sambizanga, em Luanda. Chega a 150 o número de senhoras com a idade compreendidas entre 15 e 30 anos espalhadas por 15 prostíbulo que no Roque Santeiro oferecem prazer a qualquer homem disposto a pagar. A que perco ? O menor que se poderia imaginar: quando há concorrência, ela cobram 40 kwanzas, mas quando a procura diminui, o preço pode baixar para 25.

“Aceito baixar o preço nos dias em que estou pouco solicitadas, disse Ana, de 20 anos. Ela justifica que houve altura em que o perco para dois minutos de sexo(tempo máximo que elas exigem) não era esticado par Kz 18. “Como a vida está cara agora cobramos 40 kwanzas, explica Joanhina, uma outra prostituta que escutava a conversa mantida com Ana.

Estes são apenas alguns exemplos, até porque bons clientes não faltam. Cada uma das 150 prostitutas do Roque Santeiro atende, em média oito clientes por dia. Isto pressupõe que recorrem diariamente aos serviços das 150 prostitutas pelo menos 1200 homens de todas idades.(EBONET. Suzana Mendes 21/02/02)

O MINFAMU em colaboração com a ONG Acção Juvenil Semeador de Esperança (AJUSE) pretende levar uma campanha de combate a prostituição, através da mobilização social e criar de centros de formação profissional que terá a missão de ministrar cursos técnico- profissionais às mulheres que hoje são prostitutas. A intenção é forma-las nos domínios da informática, pastelaria, culinária, corte e costura, não sem antes beneficiarem de aulas de alfabetização

B/ Uma rápida custa 500 kwanzas

A avenida I Congresso, junto à sede de Chá de Caxinde que é um dos locais privilegiados pelas prostitutas que se espalham pela baixa pelo cair da tarde. Todas moças da vida encontram-se em grupinhos de três a cinco, distribuídas pelas esquinas, junto aos semáforos e árvores que circundam o meio, à espera da presa fácil geralmente noctívagos entre angolanos estrangeiros. Elas cobram 500kwanzas por um contacto sexual, que elas chamam, sem vergonha uma ‘rápida’ uma hora vai aí por cerca de 10 a 15 dólares. No entanto apesar de nobres intenções, dos que desejam acabar com a prostituição infantil, o fenómeno cresce em catadupa, a cada dia que passa, engrossando sempre mais praticantes ‘militantes em busca de sobrevivência e prazer fácil.

De resto é um autentico exército de prostitutas, chulos e proxenetas! Aqui em plena baixa de Luanda comenta-se à boca cheia que alguns elementos da protecção física das empresas, no período nocturno, contra a sua vocação primária, oferecem aparente protecção às prostitutas recebendo em troca favores monetários ou mesmo sexuais nos casas onde se vende aparentemente cerveja e pinchos, mas que fazem lavagem do negócio sujo. (FENGUELE Lucas ACTUAL 23/8/03 363)

Deixamos aqui um repto na ar como matéria de reflexão, controlar ou legalizar a prostituição ? eis a questão

CONCLUSÃO

Luanda a capital de Angola enfrenta hoje graves problemas de desemprego que se manifestam pelo grande numero de vendedores ambulantes, zungueiros, kinguilas e praças a qualquer esquina ou canto da rua. Esta situação acarreta serias consequências e merece uma atenção especial da sociedade em geral

A oferta de empregos é de forma geral inferior a procura crescente formulada. A capital do país conhece um fluxo constante de deslocados, muitas vezes poucos qualificados e que engrossam as fileiras do sector informal.

Os mecanismos que regulamentam o mercado de emprego embora determinados pelos princípios clássicos de oferta e de procura, são ainda influenciados pela rede de relações familiares e partidárias ; mesmo até pela influencia do sistema de clientelismo. A descrição feita sobre as diferentes categorias de populações que afluem nos grandes centros, principalmente Luanda atesta um grande número de pessoas sem qualificações profissionais e um baixo nível de escolaridade de muitos entre elas. A maioria, destas populações é de origem camponesa e a sua concentração nas grandes cidades levanta sérios problemas de inserção como da capacidade de acolhimento e resposta quanto a satisfação de suas necessidades (saúde, educação, alojamento transporte, alimentação etc.)

O fracasso das políticas e estratégias de desenvolvimento caracterizado por uma economia centralizada sob os princípios do marxismo e leninismo levou o Estado angolano em adoptar uma política de mudanças; com a introdução da economia do mercado. Os problemas são inúmeros e os desafios imensos. A desarticulação existente entre o sector petrolífero e o de restante das actividades provoca uma clivagem entre os diferentes agentes e ramos de economia da país. A guerra como causadora da destruição não é suficiente em justificar o estado de descalabro em que o país se encontra; aliado ao fenómeno a corrupção, a má gestão e a dilapidação do erário público, a impunidade, a não prestação de contas e a falta de transparência.

Preconizamos a liberalização do sistema económico e a promoção de médias e pequenas empresas; num esforço capaz de suscitar a criatividade para resorber as capacidades e mão de obra não qualificada existente nas cidades. Para o efeito somos de opinião que se fomentam actividades profissionais que se vocacionam a agricultura, construção, e outros trabalhos manuais e ofícios que permitem criar empregos e a promoção de pequenas e médias empresas, para uma ocupação condigna que permita a satisfação de necessidade e almejar ao bem estar.

Como pistas de propostas concretas, sugerimos que o MAPESS em concertação com a ADA (Associação dos desempregados de Angola) entabulam desde contactos imediatos e discussões no sentido de estudar as vias e meios de viabilidade do anúncio feito pelo presidente de (A I A). Associação Industrial Angolana da possibilidades de criação de 50.000 mil novos postos e trabalhos até 2004 conforme a informação a que tivemos conhecimentos . Quanto a reconstrução das estradas de Angola até 2005 com o valor de 10 biliões de dólares em hipoteca dos nos recursos naturais como forma de reembolso com os prazos não definidos e taxas de juros como de serviço e dívidas, o procedimento nos parece irrealista; tendo em consideração as dividas anteriores contraídas com bancos europeus e portugueses nesta matéria. A reconstrução das estradas sendo uma tarefa prioritária, somos protagonistas de propostas em termos de concessões a médio ou longos prazo mediante os termos contratuais em conformidade com as cláusulas estipuladas das vantagens e outros aspectos definidos mutuamente concordados com a partes envolvidas; entre as quais, sistema de cobrança de portagens, formação de força de trabalho nacional, transferencia de tecnologia, amortização de alguns equipamentos, meios materiais rolantes ou outro bem ou património de interesse

BIBLIOGRAFIA

A . Obras

- ALVES DA ROCHA Manuel Jose; ANGOLA, Estabilização, reformas e Desenvolvimento. LAC POLIPRINTER Luanda 1999 297 p**
- OS LIMITES DE CRESCIMENTO EM ECONÓMICA EM ANGOLA** As fronteiras entre o possível e o desejável. 244 p
Desenvolvimento. LAC/ Executive Center
Luanda. 2001
- BEAUDET Pierre; ANGOLA; Bilan d'un socialismo de guerre. Points de Vue Concrets. L'Harmattan 1992 131p**
- COGNEAU Denis, MARNIESSE Sarah, MOISSERON Jean-YVES**
- MARCHE DU TRAVAIL ET COMPETIVITE EN AFRIQUE SUB-SAHARIENNE, Ed ECONOMICA 2000 175 p**
- FION de Vletter**
- A promoção do sector micro-empresarial Urbano em Angola, OIM, PNUD, Principais Luanda 2002 109 p**
- FATIMA Moura ROQUE**
- CONSTRUIR O FUTURO EM ANGOLA, Celta editora 1997 Oeiras 180 p**
- FOUQUET Annie et VINOKUR Annie**
- DEMOGRAPHIE socio-économique Paris MASSON, 1996 198 p**

GAZIER BERNARD

**ECONOMIE DU TRAVAIL ET DE
L'EMPLOI** 2^{ème} Edition, Précis DALLOZ
1992 435 p

IMBAMBA José Manuel

**UMA NOVA CULTURA; Para mulheres e
Homens. Paulinas UCAN Maio 2003**

**LERIDON Henri et
TOULEMON Laurent**

DEMOGRAPHIE ; approche statistique et
dynamique des populations, Paris, Economica
440 p

**MARUANI Margaret
REYNAUD Emmanuel**

**SOCIOLOGIE DE L'EMPLOI; REPERES
LA DECOUVERTE ;** Paris 1993 125 p

MESSIANT Christine

ANGOLA ; De la guerre d'indépendance à la
guerre civile et régionale 4-5 juin 1999. De la
révolution des œillets au 3^{ème} millénaire.
Portugal et Afrique lusophone ; 25 ans de
Révolution. Actes de Colloque organisé par
l' Université Paris 8 Vincennes Saint Denis
299 p

B. Inquéritos e Trabalhos

**INSTITUTO NACIONAL DE
ESTATISTICA Fevereiro 1992**

**INQUERITO SOBRE EMPREGO E
DESEMPREGO NA CIDADE DE
LUANDA** Resultados definitivos do sistema
Estatística nacional 163 p

**MINISTERIO DO PLANO
UNICEF/ANGOLA 1990**

**INQUERITO SOBRE DESPESAS E
RECEITAS DOS AGREGADOS
FAMILIARES**

Estudo 5 25p
Estudo 7 47p

**FUNDO DAS NACÕES
UNIDAS PARA AS
ACTIVIDADES EM
MATÉRIA DE POPULAÇÃO
FNUAP ANGOLA 1993**

**RELATÓRIO III
CONFERENCIA NACIONAL SOBRE
A POPULAÇÃO E O
DESENVOLVIMENTO** Luanda 64p

**PROGRAMA DAS NACÕES
UNIDAS PARA O
DESENVOLVIMENTO PNUD**

**RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO
HUMANO ANGOLA 1997 124 p
RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO
HUMANO ANGOLA 132 p**

**MINISTERIO DA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA, EMPREGO E SEGURANCA
SOCIAL; MAPESS 1999** Luanda

**ENCONTRO NACIONAL
SOBRE EMPREGO
EM ANGOLA;** realidades
Perspectivas e políticas 80p

**CENTRE FRANCAIS SUR LA
POPULATION ET LE DEVELOPPEMENT
1998 CEPED
BUREAU INTERNATIONAL DE
TRAVAIL BIT 1998**

**LA SCOLARISATION EN
ANGOLA, NDOLA** Prata

**RAPPORT SUR L'EMPLOI
DANS LE MONDE 1998-98**
Employabilite e mondialisation,
Le role crucial de la formation 181p

**A CRISE ECONÖMICA ANGOLANA
Origens, Características e perspectivas
de saída. Estudo sobre comunidades e
instituições na perspectiva do pós-guerra**
Abril de 1997

**ETUDE SUR LES COMMUNA-
TES ET INSTITUTIONS COM-
MUNAUTAIRES DANS LA PE-
RSPECTIVE DE L'APRES-
GUERRE**

**INSTITUT NATIONAL DE
STATISTIQUE INE/GMCVP-
UNICEF ANGOLA**

**MICS : Enquête d'indicateurs
Multiples**

C.REVISTAS E JORNAIS

LE MONDE

Angola, une chance enfin
Jean Dominique Geslin
5 au 11 Décembre 2000 n 2082

25 ans de violence en ANGOLA
Stephen Smith Horizons Dossier
Samedi 30 Decembre 2000

ECONOMIA&MERCADO **Julho 2002 Ano 3 N 10**

Emprego Formal no sector
privado angolano; Paulo de
Carvalho

MAPESS: GABINETE DE **ESTUDOS, PLANEAMENTO** **E ESTATÍSTICA**

ESTATÍSTICA DO TRABALHO
1997-2000 Dezembro 2001
ESTATÍSTICA DO TRABALHO
Agosto 2002

ACTUAL

23 de Agosto de 2003
Ano VII n 363

FOLHA 8

02/Agosto/2003
Ano 9 n 671

EBONET **MEDIA**

PUBLICIDADE
Dicas da Web 21/09/02
Suzana Mendes

PUBLICIDADE
Dicas da Web 31/12/01
Sebastião Marques

AGORA

6 setembro 2003

COLUNA VISÃO

BOA VENTURA DE SOUSA
E SANTOS 21/8/03

JORNAL DE ANGOLA

Firmino Mucavela
29.8.2003